



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES**  
**Assessoria Jurídica Legislativa**

---

**PARECER AJL/CMT Nº. 50/2024**

**P A R E C E R**

**Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí referente ao Processo nº. TC 015527/2014**

**Assunto: Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Teresina (Exercício 2014)**  
**Gestor: Firmino da Silveira Soares Filho**

Por provocação do Departamento Legislativo, seguindo sistemática do processo legislativo municipal, esta Assessoria Jurídica Legislativa foi instada a emitir parecer jurídico acerca do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE, o qual examinou processo de prestação de contas da Prefeitura Municipal de Teresina referente ao exercício financeiro de 2014 (Processo nº. TC 015527/2014).

PAGE  
MERGEFOR  
T A

De acordo com o aludido parecer prévio, eis a síntese das impropriedades: Ausência e envio intempestivo de peças exigidas pela Resolução TCE nº 09/2014; Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária foram publicados com atraso; Não envio do Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária; Envio intempestivo do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, dos Relatórios de Gestão Fiscal com 03 dias de atraso; Não envio das cópias das atas das audiências públicas perante a Comissão Permanente da Câmara de Vereadores; Abertura de crédito especial, autorizado pela Lei nº 4.548/2014, sem indicação da fonte para sua abertura e sem a demonstração das despesas que terão como suporte para o crédito aberto; Abertura de créditos adicionais suplementares tendo como fonte o “excesso de arrecadação”, no entanto o gestor não demonstrou as fontes de recursos em que houve o superávit; Apuração da Receita Corrente Líquida em desacordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, não restou demonstrada a republicação do demonstrativo com as devidas





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES**  
**Assessoria Jurídica Legislativa**

correções; O valor da Dívida Consolidada Líquida está diferente do apresentado no Demonstrativo do Resultado Nominal do último bimestre bem como da RCL; Verificou-se que o valor registrado no Relatório de Gestão Fiscal da Disponibilidade de Caixa Bruta não coincide com o valor registrado no Balanço Patrimonial como Caixa e Equivalentes de Caixa, ocorrendo uma diferença a menor de R\$ 7.306.530,99; Ocorrência de déficit orçamentário de execução no valor de R\$ 29.618.305,57; As notas explicativas constantes no Balanço Patrimonial não possuem detalhamento preconizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Inscrição em Restos a Pagar no Balanço Financeiro divergente do valor registrado do Demonstrativo da Dívida Flutuante em R\$ 2.347.050,61; A soma dos pagamentos e cancelamentos dos Restos a Pagar, registrados no Balanço Financeiro e no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, respectivamente, diverge do valor registrado no Demonstrativo no Demonstrativo da Dívida Flutuante; Diferença de R\$ 40.750.037,94 entre Passivo Circulante e o Demonstrativo da Dívida Flutuante, no que diz respeito à soma dos Depósitos e Consignações e dos Restos a Pagar processados.

PAGE  
MERGEFOR  
T A

Após a discussão e análise dos presentes autos, o Plenário da Corte de Contas Estadual, por unanimidade, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando a aprovação com ressalvas da presente prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de Teresina, na gestão do Sr. Firmino da Silveira Soares Filho, com fundamento no art. 120 da Lei Estadual nº. 5.888/09.

É, em síntese, o relatório.

No que concerne à fiscalização do Município, essa será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas, que deverá emitir parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, conforme previsão contida no art. 31, *caput*, §1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88, *in verbis*:





ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
Assessoria Jurídica Legislativa

**Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. (grifo nosso)**

**§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver. (grifo nosso)**

**§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.**

[...]

No mesmo sentido, destaque-se, respectivamente, o disposto no art. 32 da Constituição do Estado do Piauí e no art. 162 da Lei Orgânica do Município de Teresina – LOM:

**Art. 32. A fiscalização do Município é exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, na forma da lei. (grifo nosso)**

**§ 1º O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do Prefeito Municipal, noventa dias a contar do recebimento do balanço geral. (grifo nosso)**

**§ 2º Somente por deliberação de dois terços dos membros da Câmara Municipal, não prevalecerá o parecer prévio do Tribunal de Contas.**

**Art. 162. A fiscalização do Município é exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, na forma da lei. (grifo nosso)**

**§ 1º O controle externo é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado que, de posse dos balancetes mensais e do balanço geral do Município, emitirá parecer prévio sobre as contas do recebimento do balanço geral. (grifo nosso)**

**§ 2º O parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito Municipal deve anualmente prestar só deixará de prevalecer por decisão de (2/3) dois terços dos membros da Câmara Municipal.**

**§ 3º O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo. (Texto alterado)**





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES**  
**Assessoria Jurídica Legislativa**

pela Emenda à LOM nº 27/2016, publicada no DOM nº 1.993, de 19/dez/2016) (grifo nosso)

§ 4º Rejeitadas as contas, serão estas, no prazo de 10 (dez) dias, obrigatoriamente remetidas ao Ministério Público, para os fins de direito.

Conforme constatado da leitura dos referidos dispositivos, verifica-se que o parecer prévio emitido pela Corte de Contas somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Ademais, vale ressaltar que o aludido parecer prévio possui natureza meramente opinativa, tendo em vista que o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo Municipal é de competência exclusiva da Câmara de Vereadores, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso do prazo, conforme dispõe o art. 21, inciso V, da LOM, senão vejamos:

*Art. 21. São da competência privativa da Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições: (grifo nosso)*

[...]

*V - tomar e julgar, anualmente, as contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, e apreciar o relatório sobre a execução dos planos de Governo; (Texto alterado pela Emenda à LOM nº 26/2016, publicada no DOM nº 1.931, de 15/jul/2016) (grifo nosso)*

Corroborando o disposto acima, destaque-se o entendimento sedimentado no âmbito do Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral:

*Repercussão Geral. Recurso extraordinário representativo da controvérsia. Competência da Câmara Municipal para julgamento das contas anuais de prefeito. 2. Parecer técnico emitido pelo Tribunal de Contas. Natureza jurídica opinativa. 3. Cabe exclusivamente ao Poder Legislativo o julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo municipal. 4. Julgamento ficto das contas por decurso de prazo. Impossibilidade. 5. Aprovação das contas pela Câmara Municipal. Afastamento apenas da inelegibilidade do prefeito. Possibilidade de responsabilização na via civil, criminal ou administrativa. 6. Recurso extraordinário não provido.*





**ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
Assessoria Jurídica Legislativa**

---

**Tema**

**157 - Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.**

**Tese**

**O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo. (RE 729744, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-186 DIVULG 22-08-2017 PUBLIC 23-08-2017) (grifo nosso)**

No que tange às disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina - RICMT, vale enfatizar a competência da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Ordem Econômica para opinar sobre a prestação de contas do Prefeito, conforme evidenciado nos artigos abaixo transcritos, *in verbis*:

PAGE  
MERGEFOR

**Art. 71. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Ordem Econômica, opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de: (grifo nosso)**

[...]

**VII – prestação de contas do Prefeito (Texto alterado pela Resolução Normativa nº 101/2016, publicada no DOM nº 1.993, de 19 de dezembro de 2016) (grifo nosso)**

**Art. 72. À Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e da Ordem Econômica será distribuído o processo referente às contas do Município, que deverá ser acompanhado do parecer prévio correspondente, sendo vedada a solicitação de audiência de outra Comissão. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Revogado (Texto revogado pela Resolução Normativa nº 101/2016, publicada no DOM nº 1.993, de 19 de dezembro de 2016).**

**SEÇÃO III  
DAS CONTAS DO PREFEITO**

---

Av. Marechal Castelo Branco, 625 – Bairro Cabral – 64000-810 – Teresina (PI)  
CNPJ nº 05.521.463/0001-12



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade> com o identificador 320036003500390032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**  
**PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES**  
**Assessoria Jurídica Legislativa**

**Art. 205.** *Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas, independentemente de leitura em Plenário, o Presidente fará distribuir cópia do parecer e do balanço anual a todos os Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e da Ordem Econômica, que terá 20 (vinte) dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas. (grifo nosso)*

**§ 1º** *Até 10 (dez) dias depois de recebimento do processo, a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e da Ordem Econômica receberá pedidos escritos dos Vereadores, solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.*

**§ 2º** *Para responder aos pedidos de informação, a Comissão poderá realizar diligências e vistorias externas, solicitar ao Prefeito do Município os esclarecimentos necessários para emissão de parecer e examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.*

**Art. 206.** *O projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e da Ordem Econômica sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, momento em que os Vereadores terão oportunidade de debater a matéria. (grifo nosso)*

PAGE  
MERGFOR  
T O

**Parágrafo único.** *Não se admitirão emendas no projeto de decreto legislativo. (grifo nosso)*

**Art. 207.** *Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto legislativo conterà os motivos da discordância.*

**Parágrafo único.** *A Mesa comunicará o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado.*

**Art. 208.** *Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a 30 (trinta) minutos, e a ordem do dia será destinada exclusivamente à matéria. (grifo nosso)*

Por fim, conclui-se que a análise realizada por este setor jurídico se restringe apenas aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, cabendo à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Ordem Econômica realizar a análise de natureza contábil no que





**ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA  
PALÁCIO SENADOR CHAGAS RODRIGUES  
Assessoria Jurídica Legislativa**

concerne às contas do Prefeito Municipal referentes ao exercício financeiro de 2014 (Processo nº. TC 015527/2014), conforme as disposições regimentais supracitadas.

Desse modo, encaminhem-se os autos à Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização Financeira e Ordem Econômica para as providências cabíveis.

**Teresina - PI, 25 de abril de 2024.**

**DENISE CRISTINA  
GOMES**

**MACIEL:01008884375**

**DENISE CRISTINA GOMES MACIEL**

**Assessora Jurídica Legislativa**

**Mat. 06856-0 CMT**

Assinado de forma digital por  
DENISE CRISTINA GOMES  
MACIEL:01008884375  
Dados: 2024.04.29 11:49:39 -03'00'

PAGE  
MERGEFORI  
T O

**Av. Marechal Castelo Branco, 625 – Bairro Cabral – 64000-810 – Teresina (PI)  
CNPJ nº 05.521.463/0001-12**



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>  
com o identificador 320036003500390032003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-  
Brasil.